



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

**NÍVEL DE ADERÊNCIA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL ÀS DIRETRIZES CURRICULARES DA RESOLUÇÃO
CNE/CES/MEC Nº 01/2024**

ALDAIR CHARLES DE ALMEIDA CORRÊA

Brasília, DF
2024

ALDAIR CHARLES DE ALMEIDA CORRÊA

**NÍVEL DE ADERÊNCIA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL ÀS DIRETRIZES CURRICULARES DA RESOLUÇÃO
CNE/CES/MEC N° 01/2024**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof^a. Dr^a. Ducineli Régis Botelho

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Área: Pesquisa em Contabilidade.

Brasília, DF
2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

ALDAIR CHARLES DE ALMEIDA CORRÊA

**NÍVEL DE ADERÊNCIA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL ÀS DIRETRIZES CURRICULARES DA RESOLUÇÃO
CNE/CES/MEC N° 01/2024**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Departamento
de Ciências Contábeis e Atuariais da
Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade da Universidade de Brasília
como requisito parcial de obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof.^a Dr.^a Ducineli Régis Botelho
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. Moacir Manoel Rodrigues Júnior
Avaliador Externo
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Brasília, DF
2024

*“- Ai, por que me bateu?
- Não importa é passado!
- Mas ainda dói!
- O passado pode até doer, mas você pode fugir dele ou aprender com ele”.*

O Rei Leão

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um grande esforço coletivo, quase uma força-tarefa de pessoas que dedicaram parte de seu tempo para contribuir com minha evolução pessoal e profissional. Antes de tudo, quero agradecer a Deus, que me trouxe até aqui. Muitas vezes, eu duvidei dos caminhos duvidosos da vida, porém sempre acreditei que, no final, tudo daria certo, mesmo que não fosse exatamente como eu esperava.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Diracy Melo e Altair Charles Corrêa, que sempre foram meu refúgio e fortaleza. Embora não possuíssem grande conhecimento ou riquezas, sempre me ofereceram amor e carinho. Esse carinho nem sempre foi expresso de forma suave; às vezes, veio de maneira dura e ríspida. Hoje, porém, compreendo que essa era a forma deles de dizerem que me amam e que sempre irão me amar.

Agradeço também aos amigos que a UnB me proporcionou e às minhas eternas amigas do trabalho, que me ajudaram em momentos delicados e sempre me incentivaram a ser melhor. Seja com palavras de carinho ou me chamando a atenção para detalhes que antes passavam despercebidos, hoje entendo o quanto essas observações são valiosas. Sou grato também pelos momentos de descontração, que, mesmo em meio às lágrimas, terminavam em boas e inesquecíveis gargalhadas.

Por fim, agradeço aos professores da UnB por essa grandiosa jornada, especialmente à Professora Dra. Ducineli Botelho, a quem Deus concedeu o dom de ser educadora. Muitas vezes, ela acreditou em mim, mesmo quando eu duvidei da minha própria capacidade. Ela confia no potencial de seus alunos e é a verdadeira representação da mulher brasileira e nordestina, que luta pelos seus.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar o nível de aderência dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável às diretrizes curriculares da Resolução CNE/CES nº 01/2024 do Ministério da Educação. Para tal, utilizou-se da avaliação documental e qualitativa, com uma análise de conteúdo, a partir da avaliação de 17 ODS, desdobradas em 89 subcategorias para verificação da conformidade com a Resolução mencionada. Os resultados obtidos revelaram que a categoria do ODS indireta possui maior aderência do que os ODS considerada direta, com 45% de aderência, indicando uma integração com os aspectos importantes como igualdade de gênero, erradicação da pobreza e parcerias globais. Em contraponto, a categoria considerada neutra não apresentou uma aderência significativa com a resolução. Ao examinar a relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a educação contábil, este estudo apresenta uma contribuição significativa para a área científica, identificando avanços e lacunas a preencher. A pesquisa enfatiza a importância de uma formação em contabilidade que não apenas capacite profissionais qualificados, mas também esteja alinhada com a agenda global de sustentabilidade, promovendo práticas que promovam o desenvolvimento sustentável. Estudos futuros podem aplicar essa análise a outros campos educacionais para melhorar nossa compreensão dessa integração e ou relação.

Palavra-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Educação Sustentável. Diretriz Curricular. Ciências Contábeis. Discentes. Brasil.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the level of adherence of the Sustainable Development Goals (SDGs) to the curricular guidelines of Resolution CNE/CES No. 01/2024 of the Ministry of Education. To achieve this, a documentary and qualitative analysis was conducted, utilizing content analysis based on the evaluation of 17 SDGs, broken down into 89 subcategories to verify compliance with the mentioned Resolution. The results revealed that the indirectly related SDG category has greater adherence than the directly related SDGs, with 45% adherence, indicating integration with important aspects such as gender equality, poverty eradication, and global partnerships. In contrast, the neutral category did not show significant adherence to the resolution. By examining the relationship between the Sustainable Development Goals and accounting education, this study provides a significant contribution to the scientific field, identifying both progress and gaps that need to be addressed. The research emphasizes the importance of accounting education that not only trains qualified professionals but also aligns with the global sustainability agenda, promoting practices that foster sustainable development. Future studies may apply this analysis to other educational fields to enhance our understanding of this integration or relationship.

Keywords: Sustainable Development Goals. Sustainable Education. Curricular Guidelines. Accounting Sciences. Students. Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	20
Quadro 02	Resolução CNE/CES n° 01/2024.....	29
Quadro 03	Categorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	32
Quadro 04	Enquadramento de categorias.....	35
Quadro 05	Análise das aderências.....	37
Quadro 06	Análise das aderências.....	40
Quadro 07	Análise das aderências.....	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gráfico das Aderências.....	45
------------------	-----------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização	13
1.2	Problema de Pesquisa	15
1.3	Objetivo de Pesquisa	15
1.4	Delimitação da Pesquisa	15
1.5	Justificativa da Pesquisa	17
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Pressupostos Básicos	18
2.2	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável versus Educação.....	24
2.3	Resolução CNE/CES Nº 1/2024 - Pressupostos Básicos.....	26
3	METODOLOGIA	29
3.1	Caracterização da pesquisa	29
3.2	Procedimento de Análise	29
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.	34
4.1	Análise do Nível das Aderências	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE A – Quadro da Análise direta	46
	APÊNDICE B – Quadro da Análise indireta	47
	APÊNDICE C – Quadro da Análise neutra	48

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A contabilidade é considerada uma ferramenta essencial para uma gestão eficaz, que atua na coleta e mensuração de dados econômicos, políticos e sociais, que são registrados em relatórios ou comunicações (Iudícibus e Marion, 2011). A diversidade das normas contábeis é influenciada por muitos fatores, sendo eles internos e externos, enfatizando a necessidade de equilíbrio organizacional para mitigar os impactos nas operações, incluindo aspectos antes considerados sem importância, como satisfação dos clientes, saúde e bem-estar dos funcionários, responsabilidade socioambiental e gestão de riscos, essa abordagem ampliou as operações contábeis, tornando-as mais integrais e sustentáveis (Iudícibus, 2021; Niyama, 2010).

Quanto a sustentabilidade, sua epistemologia, as ideias que fundamentam o desenvolvimento sustentável, possui suas raízes na modernidade, desde então o termo é compreendido como potencial esclarecedor dos principais desafios globais eminentes deste século, sendo o principal provedor de mudanças importantes para a sociedade moderna se tornar mais equitativa (Schio *et al.* 2019).

Após essas descrições, entende-se que existe uma linha tênue que separa a contabilidade do ser sustentável, pois as duas vertentes consistem em entender o funcionamento de um negócio, conhecer suas necessidades e interesses, fortalecendo seu relacionamento e promovendo benefícios para ambas as partes (Fontgalland, 2022). Em outras palavras, Fontgalland, descreve o princípio da continuidade, que sustenta não apenas a sobrevivência da empresa, mas também um ambiente propício para relações estáveis e mutuamente benéficas.

Mediante o exposto, tendo a compreensão e magnitude da contabilidade, percebe-se que ela e o desenvolvimento sustentável estão intrinsecamente conectados, pois ambos buscam os mesmos interesses e criação de valor a longo prazo, alinhando as operações empresariais com os objetivos de sustentabilidade (Fontgalland, 2022).

A partir da importância destes dois panoramas, assimila-se que as duas sofrem muita influência e causam também, sendo que um dos maiores reflexos dos impactos causados são sentidos na economia, sendo essa um dos aspectos mais fundamentais para a sociedade contemporânea. Ela é influenciada por índices relacionado a fatores naturais/catástrofes, crises mundiais, educação, investimentos, geração de empregos, etc., estes são importantes para a mensuração da qualidade de vida e crescimento de cada nação (Fontgalland, 2022).

Ao buscar relacionar políticas sustentáveis com o desempenho econômico das organizações, alguns estudos têm se esforçado a evidenciar os efeitos benéficos das ações sustentáveis e mostrar os desafios de alcançar concomitantemente benefícios econômicos, sociais e ambientais. Para que essas ações não se tornem utópicas, faz-se importante a adoção de políticas e iniciativas ambiciosas como a implementação plena dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Schio *et al.* 2019).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, discorrem sobre metas ambiciosas que direcionam o mundo a um novo ambiente de igualdade, justiça social e proteção da vida e do meio ambiente. São objetivos a nível global, acordados pelos Estados-Membros da Nações Unidas, que inclui o Brasil, que almejam definir as prioridades na procura da sustentabilidade (Schio *et al.* 2019).

Com a expansão e maior compreensão da área de atuação do desenvolvimento sustentável, as empresas podem engajar-se de maneira eficaz com os objetivos, não apenas com a finalidade de cumprimento de leis governamentais ou atender às expectativas da sociedade, mas com o objetivo de contribuição à sustentabilidade dos negócios, da promoção da prosperidade econômica, a proteção ambiental e o bem-estar social (Cunha, 2022).

E de que forma pode ser incorporada a sustentabilidade no ambiente empresarial a não ser pela educação? Assim, na formação do profissional contábil o tema sustentável se torna importante, na gestão de recursos, estratégicas e decisório. Portanto, prepará-los para enfrentar questões dentro deste tema é fundamental para assegurar que as empresas cumpram as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras (Santos *et al.*,2020).

Para que ocorra essa implantação, faz-se necessário uma estrutura que compreenda e promova um suporte adequado na atuação no mercado de trabalho, para tal, como discutido por Los (2014), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitiu algumas Resoluções voltadas para a evidenciar dados de naturezas socioambientais, objetivando demonstrar à sociedade a convergência e responsabilidade social das entidades, com maior clareza informacional.

No curso de graduação em Ciências Contábeis, as competências mínimas específicas e gerais ainda são regidas pela Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004, da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), que será substituída pela Resolução CNE/CES nº 01/2024, a ser implantada nos próximos dois anos pelos cursos de ciências contábeis, tratando de aspectos mais contemporâneos e contemplativa a proporcionar a convergência das normas e padrões das causas socioambientais.

De acordo com Teixeira Junior (2020), qualquer mudança que seja efetivada no ensino superior, em especial na graduação, não pode ser negligenciada a complexidade, a

fluidez, os constantes arranjos e desarranjos, essas mudanças acontecem umbilicalmente com o mundo globalizado e este mundo perpassa por diversas modificações, em especial na ressignificação do trabalho do que é ter ou exercer uma profissão alinhada com o novo. Ainda complementa que é notória a sofisticação de toda nova geração de diretrizes, essa sofisticação se dá pela maior enumeração de competências e habilidades a serem adotadas, pela natureza substantiva da redação textual e especificação e detalhamento.

Corroborando com a nova visão mercadológica, ensino e a pressão são crescentes sobre as empresas para adoção de medidas transparentes e autênticas relativamente às suas práticas que demonstrem responsabilidade ambiental (Fontgalland, 2022), iniciativas como resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e a Resolução CNE/CES n° 01/2024 refletem a evolução das normas contábeis para incluir causas socioambientais contemporâneas, estas ações não apenas promovem a convergência de padrões, mas também fortalecem a responsabilidade social das entidades, demonstrando seu compromisso com uma gestão mais sustentável e transparente.

Diante deste cenário, este estudo discorre sobre o conhecimento a ser implantado por meio da nova resolução, a qual trata da diretriz curricular e sua conexão com os objetivos do desenvolvimento sustentável, por se tratar de um tema muito atual e relevante para a comunidade acadêmica e seu reflexo na sociedade. Além do número reduzido de pesquisas sobre o tema, destaca-se a crescente importância da responsabilidade socioambiental, que tem atraído cada vez mais atenção de pesquisadores, formuladores de políticas, órgãos reguladores e acadêmicos de países desenvolvidos e emergentes, conforme salienta (Fontgalland, 2022).

1.2 Problema de Pesquisa

Desta forma, o presente trabalho busca esclarecer a seguinte questão: **qual o nível de aderência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS à diretriz curricular constante na Resolução CNE/CES n° 01/2024 do Ministério da Educação?**

1.3 Objetivo de Pesquisa

Avaliar o nível de aderência dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável às diretrizes curriculares da Resolução CNE/CES n° 01/2024 do Ministério da Educação.

1.4 Delimitação da Pesquisa

Para viabilizar o alcance do objetivo proposto neste trabalho, a pesquisa terá embasamento na teoria da Educação de qualidade, que é discutida por diversos pensadores

contemporâneos, ela engloba várias dimensões, incluindo equidade, eficácia e relevância. A educação de qualidade não se limita apenas ao acesso, porém envolve a relevância do conteúdo apresentado, métodos de ensino eficazes e um ambiente inclusivo (UNESCO, 2017).

Essa visão argumenta que a educação deve promover a conscientização crítica, fornecendo aos alunos o poder de compreensão e transformação do mundo. Assim a teoria da educação de qualidade possui uma abordagem holística e inclusiva para o ensino e aprendizagem (Freire, 1996). Todavia, a qualidade é um tema complexo. Não basta a melhoria de apenas um aspecto para o crescimento da educação como um todo, pois se fosse de fácil resolução os desafios da qualidade na educação, não estaria até hoje sendo discutida (Gadotti, 2010).

Em complemento, será utilizada a fundamentação teórica da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), que é promovida pela Organização da Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que busca orientar e capacitar pessoas por meio do ambiente educacional a tomarem decisões, tendo uma compreensão maior de suas causas e consequências para a sociedade e o planeta. As EDS integram princípios, práticas sustentáveis e valores em todos os âmbitos, promovendo assim a formação de profissionais que sejam agentes de mudanças efetivas (UNESCO, 2017).

A mudança no quadro da educação irá impactar de forma direta nas organizações, o que obriga as mesmas a criarem uma imagem positiva, prezando os valores morais e éticos, requisitando uma nova postura das organizações. A adoção dessa nova postura leva os negócios a serem agentes de mudanças e a perspectiva da visão do público perante as organizações, levando a uma maior responsabilidade social (Velloso, 2013).

A definição da educação de excelência, tratado com um dos objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU), vai além dos recursos materiais humanos, engloba também os processos de ensino e aprendizagem, currículos e as metas de aprendizagem. Portanto, é essencial a compreensão de tais aspectos distintos para assegurar uma formação que efetivamente prepare os alunos para enfrentarem os obstáculos do progresso sustentável (UNESCO, 2017).

Para realização desta pesquisa, será utilizada a análise de conteúdo, tendo como base a diretriz curricular do curso de Ciências Contábeis, conforme determinado pela Resolução CNE/CES n° 01/2024, que será implantada nas instituições públicas e privadas brasileiras e servirá como principal referência documental. A resolução será minuciosamente examinada, com foco nos componentes curriculares e nas metodologias de ensino que evidenciem a inserção dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

1.5 Justificativa da Pesquisa

Ensinar consiste em causar um desequilíbrio na percepção do aluno, motivando-o a buscar o reequilíbrio através da construção de novos esquemas mentais, estimulando-o assim a adquirir conhecimento (Piletti; Rossato, 2011). O Processo de ensino é muito pragmático, pois vislumbra determinados objetivos através de uma sequência racional e contínua, neste sentido, compreende-se que a aprendizagem do docente pode ser propensa a mais de uma vertente.

Em relação à oportunidade de pesquisa, foram efetivados outros estudos, como o de Niyama (2006), cujo objetivo geral foi analisar o nível de aderência à diretriz curricular vigente à época do Ministério da Educação (MEC), em relação ao conhecimento contábil internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis das IES das capitais brasileiras.

Por outro lado, este estudo busca analisar a incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS no currículo da diretriz educacional, que não aborda apenas assuntos específicos como energias renováveis, mudança climática e cidades sustentáveis. As dimensões socioemocionais e comportamentais do aprendizado, juntamente com as dimensões cognitivas, são essenciais para que bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos desenvolvam os conhecimentos necessários para a cidadania (UNESCO, 2017).

O campo socioemocional envolve habilidades sociais para colaborar, negociar, comunicar e autorreflexão sobre valores (emoções), atitudes e motivações. Por outro lado, o campo cognitivo abrange os conhecimentos e habilidades de pensamento necessários para compreender os vários aspectos da sustentabilidade socioambiental. Em contraponto, o campo comportamental se refere às habilidades de ação necessárias para transformar o mundo (UNESCO, 2017). Desta forma, as dimensões cognitivas se integram à formação de valores, o que permite uma reflexão e vivência no espaço educacional de maneira mais engajada e transformadora da vida social e pessoal.

O estudo se justifica pela importância da estrutura dos currículos, que é tão crucial quanto o processo de aprendizagem nas instituições acadêmicas. A qualidade e uniformidade dos currículos são fundamentais para a sociedade, garantindo assim a formação de profissionais mais qualificados que atendam às demandas da economia e da sociedade como um todo. Portanto, este trabalho contribuirá para o desenvolvimento da qualidade dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, especialmente no tocante à organização curricular do curso.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Pressupostos Básicos

Historicamente, o ano de 2015 pode ser definido como o ano de definição dos 17 ODS, um conjunto de ação em âmbito mundial para a melhoria das condições de vida dos povos e do planeta, marcados em uma conferência de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova Iorque entre 25 e 27 de setembro (Filho, 2018). Ressalta-se que, a nova agenda de ação com previsão até 2030, baseada nos progressos e lições aprendidos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, entre 2000 e 2015.

Segundo Souza (2015), os ODS são uma iniciativa global que sucedeu aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e convocaram o mundo para um esforço entre os anos de 2016 e 2030. Para Schneider (2015) elas foram negociadas durante um período de nove meses, incluindo uma extensa variedade de problemas socioeconômicos, como pobreza, fome, igualdade de gênero, industrialização, desenvolvimento sustentável, pleno emprego, educação de qualidade, mudança climática e energia sustentável para todos.

Dessa forma, essa agenda de ações se caracteriza por orientar as políticas nacionais e a cooperação internacional buscando a erradicação da pobreza, a ampliação do acesso à saúde e à segurança alimentar, a promoção do crescimento econômico e a redução da degradação ambiental (Silva et al., 2017). Afirmam os autores, que se constitui de objetivos e metas globais que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, que são: a econômica, social e ambiental.

Ressalta-se que os ODS compõem uma agenda mundial e nela estão previstas ações nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, paz e justiça social, energia acessível e limpa, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudanças climáticas, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres e aquáticos, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização e parcerias institucionais (ONU, 2020).

A agenda desenvolvida pela ONU prevê 17 Objetivos e 169 metas que demonstram a escala e ambição desta agenda universal, deixando um legado para os objetivos de desenvolvimento do milênio. Os objetivos são integrados e indivisíveis, que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, que são a economia, o social e a ambiental (UFU, 2023).

Na dimensão econômica, os objetivos têm como propósito impulsionar um crescimento econômico abrangente, infraestrutura resistente e inovação (ODS 8, 9). A

UNESCO (2020) salienta o significado de um progresso econômico duradouro para mitigar a pobreza e as disparidades (ODS 10), destacando a importância dos aportes em tecnologia e infraestrutura para atingir tais metas.

A dimensão social foca na erradicação da pobreza, promoção da saúde e bem-estar, educação de qualidade e igualdade de gênero (ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 16). De acordo com a UNESCO (2020), a equidade social desempenha papel fundamental na promoção do desenvolvimento humano sustentável, destacando a relevância da educação como um instrumento de mudança essencial para promover a igualdade e a inclusão social.

Na dimensão ambiental, será incluída as ações de combate à mudança climática, a conservação dos ecossistemas terrestres e marítimos (ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14,15 e 17). Destacando-se a interconexão entre o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, demonstrando a necessidade de uma gestão atenciosa dos recursos naturais (UNESCO, 2020).

Desta forma, no **Quadro 01**, seguem os objetivos e uma descrição sobre o tema abordado por cada um deles, com a finalidade de maior compreensão. Insta esclarecer que esta definição é encontrada no site do governo federal no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ([IPEA](#)).

Quadro 01 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS	Tema central	Subcategorias
1 - Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;	1.1 Acabar com a pobreza extrema. 1.2 Reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza em todas as suas dimensões. 1.3 Implementar sistemas e medidas de proteção social 1.4 Garantir direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra. 1.5 Construir a resiliência dos pobres e vulneráveis, reduzir sua exposição e vulnerabilidade a choques climáticos, econômicos, sociais e desastres.
2 - Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;	2.1 Acabar com a fome e garantir acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes. 2.2 Acabar com todas as formas de má nutrição. 2.3 Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores. 2.4 Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes. 2.5 Manter a diversidade genética das sementes, plantas cultivadas e animais de criação. 2A Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e extensão do serviço agrícola 2B Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais 2C Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados.

<p>3 - Saúde e bem-estar</p>	<p>Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;</p>	<p>3.1 Reduzir a taxa de mortalidade materna global. 3.2 Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos 3.3 Acabar com doenças epidêmicas e negligenciadas. 3.4 Reduzir a taxa de mortalidade prematura, criando a cultura da prevenção. 3.5 Reforçar a prevenção e o cuidado do uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas 3.6 Reduzir as mortes por acidentes nas estradas. 3.7 Assegurar o acesso universal familiar e educativo aos serviços de saúde sexual. 3.8 Assegurar a universalidade e proteção à saúde. 3.9 Reduzir o número de mortes e doenças por produtos químicos. 3A Reduzir o uso de tabaco, apoio ao desenvolvimento de pesquisas e vacinas. 3B Apoiar a pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos para doenças. 3C Aumento substancial do financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e aperfeiçoamento de técnicas na área da saúde. 3D Gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde.</p>
<p>4 - Educação de qualidade</p>	<p>Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;</p>	<p>4.1 Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade. 4.2 Garantir acesso à educação infantil de qualidade. 4.3 Assegurar a igualdade de acesso à educação. 4.4 Garantir que os jovens e adultos tenham habilidades relevantes. 4.5 Eliminar a disparidade de gênero. 4.6 Garantir que todos sejam alfabetizados e tenham conhecimento básico em matemática. 4.7 Garantir que os alunos possuam conhecimento para promoverem o desenvolvimento sustentável. 4A Melhorar os espaços físicos de estudo, 4B Ampliação de bolsas de estudo 4C Ampliação do quadro de professores qualificados</p>
<p>5 - Igualdade de gêneros</p>	<p>Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;</p>	<p>5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas. 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas. 5.3 Eliminar práticas nocivas 5.4 Reconhecimento e valorização do trabalho. 5.5 Garantir a participação das mulheres em todas as instâncias. 5.6 assegurar acesso universal à saúde sexual e reprodutiva. 5A Acesso aos direitos igualitários para as mulheres, 5B Uso de tecnologia para empoderamento feminino 5C Adoção de políticas de gêneros efetivas</p>
<p>6 - Água potável e saneamento</p>	<p>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;</p>	<p>6.1 Garantir a disponibilidade e gestão sustentável de água potável. 6.2 Garantir acesso a saneamento e higiene para todos. 6.3 Melhorar a qualidade da água. 6.4 melhorar a eficiência do uso da água.</p>

		<p>6.5 Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos.</p> <p>6.6 Proteger e restaurar ecossistemas com os recursos hídricos.</p> <p>6A Ampliar a cooperação internacional em relação aos países em desenvolvimento com o cuidado da água</p> <p>6B Fortalecer a participação das comunidades no uso da água.</p>
7 - Energia limpa e sustentável	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;	<p>7.1 Garantir acesso universal a serviços de energia acessíveis, confiáveis e modernos.</p> <p>7.2 Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</p> <p>7.3 Dobrar a taxa global de eficiência energética</p> <p>7A Facilitar o acesso a pesquisas de eficiência energética</p> <p>7B Ampliar a infraestrutura para o fortalecimento e energia sustentável.</p>
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;	<p>8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais.</p> <p>8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade econômica.</p> <p>8.3 Promoção de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas.</p> <p>8.4 Melhorar a eficiência dos recursos globais no consumo da produção.</p> <p>8.5 Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.</p> <p>8.6 Reduzir o desemprego jovem.</p> <p>8.7 Adoção de medidas eficazes para erradicar o trabalho escravo.</p> <p>8.8 Proteção dos direitos trabalhistas.</p> <p>8.9 Promoção de políticas de turismo sustentável.</p> <p>8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais.</p> <p>8A Aumentar o apoio da iniciativa de ajuda para o comércio</p> <p>8B Criação de estratégias globais para o emprego dos jovens.</p>
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;	<p>9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente.</p> <p>9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável.</p> <p>9.3 Aumentar o acesso das pequenas empresas industriais e outras empresas.</p> <p>9.4 Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis.</p> <p>9.5 Fortalecer a pesquisa científica e suas capacidades tecnológicas.</p> <p>9A Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resistentes,</p> <p>9B Apoiar o desenvolvimento tecnológico a pesquisa e inovação para agregação de valor às commodities</p> <p>9C Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação.</p>
10 - Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;	<p>10.1 Alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% mais pobres da população.</p> <p>10.2 Capacitar e promover a inclusão social, econômica e política de todos.</p> <p>10.3 garantir a igualdade de oportunidade e reduzir as desigualdades.</p> <p>10.4 Adotar políticas a fim de alcançar uma maior igualdade.</p>

		<p>10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras.</p> <p>10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento.</p> <p>10.7 Facilitar a migração regular e responsável das pessoas.</p> <p>10A Implementar o princípio do tratamento especial,</p> <p>10B Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros</p> <p>10C Reduzir os custos de transações e remessas dos imigrantes.</p>
11 -Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;	<p>11.1 Garantir o acesso de todos à habitação segura e acessível.</p> <p>11.2 Proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços acessíveis.</p> <p>11.3 Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável.</p> <p>11.4 Fortalecer e proteger o patrimônio cultural.</p> <p>11.5 Reduzir o número de mortes e pessoas afetadas por catástrofes.</p> <p>11.6 Reduzir impactos ambientais negativos per capita das cidades.</p> <p>11.7 Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros.</p> <p>11A Apoiar relações econômicas sociais e ambientais</p> <p>11B Aumentar o número de cidades e assentamentos humanos, políticas e planos integrados para a inclusão</p> <p>11C Apoiar países menos desenvolvidos por meio de assistência técnica e financeira.</p>
12 - Consumo e Produção Sustentáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;	<p>12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis.</p> <p>12.2 Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.</p> <p>12.3 Redução do desperdício alimentar per capita mundial.</p> <p>12.4 Alcançar o manejo ambientalmente saudável.</p> <p>12.5 Reduzir a geração de resíduos.</p> <p>12.6 Incentivar empresas a adotarem práticas sustentáveis.</p> <p>12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis.</p> <p>12.8 garantir que as pessoas tenham informações relevantes sobre o desenvolvimento sustentável.</p> <p>12A Apoiar os países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas</p> <p>12B Implementar ferramentas para monitorar aos impactos do desenvolvimento sustentável</p> <p>12C Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis.</p>
13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;	<p>13.1 Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima.</p> <p>13.2 Integrar medidas de mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.</p> <p>13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional.</p> <p>13A Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos</p> <p>13B Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima.</p>

<p>14 - Vida na Água</p>	<p>Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;</p>	<p>14.1 Prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos. 14.2 Gerir e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros. 14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos. 14.4 Regular a coleta e sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada. 14.5 Conservar uma certa percentagem das zonas costeiras e marinhas. 14.6 Proibir certas formas de subsídios à pesca que contribuem de forma negativa. 14.7 Aumentar os benefícios econômicos para pequenos Estados insulares em desenvolvimento a partir do uso sustentável dos recursos marinhos. 14A Aumentar o conhecimento científico e tecnologia marinha 14B Proporcionar acesso dos pescadores aos recursos marinhos e mercado 14C Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional.</p>
<p>15 - Vida Terrestre</p>	<p>Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;</p>	<p>15.1 Garantir a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres. 15.2 Promover a gestão sustentável de todos os tipos de florestas 15.3 Combater a desertificação. 15.4 Assegurar a conservação dos ecossistemas de montanhas. 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais. 15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e tráfico de espécies da flora e fauna. 15.8 implementar medidas para evitar a introdução e reduzir os impactos de espécies exóticas invasoras. 15.9 integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local. 15A Mobilizar e os recursos financeiros para conservação e o uso sustentável 15B Mobilizar recursos para financiar o manejo florestal sustentável 15C Reforçar o apoio global para os esforços de combate a caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas.</p>
<p>16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes</p>	<p>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;</p>	<p>16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas. 16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura. 16.3 Promover o estado de direito. 16.4 reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais. 16.5 Reduzir a corrupção. 16.6 Desenvolver instituições eficazes. 16.7 garantir a tomada de decisão responsável. 16.8 Fortalecer a participação dos países nas instituições de governança global.</p>

		<p>16.9 Fornecer a identidade legal para todos.</p> <p>16.10 assegurar a informação e a liberdade fundamentais</p> <p>16A Fortalecer as instituições e promover</p> <p>16B Fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias.</p>
<p>17 - Parcerias e Meios de Implementação</p>	<p>Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos.</p> <p>17.2 Aumentar significativamente a exportação de produtos provenientes de países em desenvolvimento</p> <p>17.3 Mobilizar recursos adicionais financeiros para os países em desenvolvimento.</p> <p>17.4 Ajudar os países em desenvolvimento atingir a sustentabilidade</p> <p>17.5 Adoção de regimes de promoção de investimentos</p> <p>17.6 Melhorar a cooperação internacional e o acesso à ciência.</p> <p>17.7 Promover e disseminar tecnologias ambientais.</p> <p>17.8 Garantir o apoio a capacitação da ciência, tecnologia e inovação.</p> <p>17.9 Reforçar o apoio à orientação do desenvolvimento sustentável.</p> <p>17.10 Promover o sistema multilateral de comércio universal</p> <p>17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento.</p> <p>17.12 Facilitar o acesso ao mercado global.</p> <p>17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global</p> <p>17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>17.15 Respeitar o espaço político de cada país.</p> <p>17.16 Reforçar parcerias globais para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>17.17 Incentivar e promover parcerias.</p> <p>17.18 Reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento</p> <p>17.19 Desenvolver medidas que promovam o desenvolvimento sustentável.</p>

Fonte: IPEA, 2023.

2.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável versus Educação

A Organização das Nações Unidas reconhece a educação como um elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável. Através de várias iniciativas e programas, ela busca promover o acesso à educação em todo o mundo e reconhece que a educação desempenha um papel fundamental na redução da pobreza, no empoderamento das mulheres e meninas, na promoção da igualdade de gênero, na melhoria da saúde e na promoção da paz e da segurança (ONU, 2020).

O educador e filósofo Paulo Freire (2000) declarou que: Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda. Compreende-se que a educação não pode se restringir a problemas individualizados, faz-se necessário que ela seja o mais abrangente possível para se construir uma sociedade mais equitativa e ambientalmente

sustentável, ou seja, a educação é a principal figura para soluções de problemas hoje tão graves que envolvem a própria sobrevivência humana (ONU, 2020).

Para Jacobi (2004) o desafio é transformar o conceito em ação. Assim, a educação deve ser orientada para a preparação das gerações atuais, não só para aceitar a incerteza e o futuro, mas também para desenvolver um pensamento complexo aberto à mudança, à diversidade e a construção contínua e reconstrução de ideias. Esse processo contínuo envolve novas leituras e interpretações do que já foi pensado, configurando diferentes possibilidades de atuação.

Assim, de acordo com Barbosa (2008), há um entendimento de que as políticas públicas de Educação induzem à produção de ações transformadoras que contribuam na prevenção e enfrentamento dos riscos globais, apoiadas numa governança democrática mais intensa, que estimule a reflexividade e a cidadania ambiental.

As escolas precisam praticar uma educação atendida com os problemas do planeta e formar alunos engajados na promoção da sustentabilidade. A educação para o desenvolvimento sustentável deve ser incorporada nos currículos escolares, na formação de professores e na avaliação dos alunos. Isso requer mudanças na forma como a educação é praticada atualmente (ONU, 2020).

O desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada e inovadora, que é essencial para o crescimento econômico (ODS 8 e ODS 9), é sustentado pela educação de qualidade (ODS 4). A educação ajuda a diminuir as desigualdades econômicas, promovendo a igualdade de oportunidades (ODS 10). Esses objetivos combinados criam um ciclo virtuoso em que a educação promove a inovação e a igualdade, promovendo o crescimento econômico sustentável e inclusivo (ONU, 2020). Esses objetivos são interdependentes, todavia a educação atuando como um catalisador para os outros objetivos, todos convergem para um desenvolvimento econômico mais robusto e sustentável.

A educação e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável formam uma aliança estratégica essencial para alcançar um futuro sustentável. Através de uma educação inclusiva e de qualidade, é possível capacitar as gerações atuais e futuras para enfrentarem os desafios globais com inovação, equidade e responsabilidade social (ONU, 2020).

Desta forma compreende-se que a educação não pode ser deixada de lado no desenvolvimento sustentável ou trata-lá como um mero mediador, porém sim o início de tudo, pois ela é capaz de transformar não apenas os indivíduos que dela se beneficiam, porém também de transformar o seu entorno, comunidades e nações inteiras. Ela é um catalisador de sonhos, políticas e essencial para o crescimento econômico, assim quem planeja o crescimento de uma nação como um todo sem ser pautada pela educação está fadada ao fracasso.

2.3 Resolução CNE/CES N° 1/2024 - Pressupostos Básicos

Uma diretriz é um conjunto de princípios ou critérios que orientam ações, decisões ou políticas em determinada área. No contexto educacional, as diretrizes curriculares são documentos que estabelecem as bases para a organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos cursos de nível superior, indicando o que deve ser contemplado na formação dos estudantes, as competências a serem desenvolvidas, entre outros aspectos (MEC, 2013).

A Resolução CNE/CES N° 1, de 27 de Março de 2024, substitui a Resolução CNE/CES N° 10/2004, e entrará em vigor a partir do dia 02 de Maio de 2024, em seu artigo 2° e incisos de I a XII aborda aspectos que incluem definições do perfil e competência do egresso, dando destaque ao pensamento crítico, científico, político, social, ambiental, etc. Assim como elucidado por Santos e Silva (2010), que afirmam que a eficiência e sucesso das entidades não são medidas apenas pelo aspecto de natureza econômica, porém são empregues aspectos de natureza social, cultural e ambiental, assumindo garantias denominadas de responsabilidade social.

Descreve em seu artigo 3° que o curso de graduação em ciências contábeis deve ensejar condições mínimas para a capacitação do futuro contabilista, visando a não criação de profissionais mecanizados, participantes da formulação do planejamento estratégico, e desenvolvedor de argumentos com base em fatos e dados (Brasil, 2024).

O Artigo 4° da Resolução CNE/CES N° 1/2024 trata das competências e habilidades gerais que os estudantes de Ciências Contábeis devem desenvolver ao longo do curso. Ele em seus incisos aborda os aspectos a serem desenvolvidos de forma multidisciplinar e transdisciplinar, atuando de forma imparcial, comprometimento, reconhecendo a importância de diversidade social, ambiental e de governança, que possua visão sistêmica e humanista, que seja cooperativo, criativo, crítico, reflexivo, proativo, inovador e adaptável a mudanças, agir com ética, manter-se em constante aprendizado, utilizar tecnologias da informação e comunicação, e comunicar de forma eficaz, seja de maneira escrita, verbal ou visual (Brasil, 2024).

É necessário superar, também, a concepção de que o conhecimento seja apenas informação. O conhecimento resulta da “organização” das informações em redes de significados. Esta organização não é uma organização qualquer, pois deve ser passível de ser ampliada por novos atos de conhecimento, por outras informações ou ainda ser reorganizada em função de atividades específicas à apropriação do conhecimento. (LIMA, 2008, p. 23)

O artigo 5º estabelece que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem oferecer conteúdo aplicado de Contabilidade que integre as mais diversas competências, como: I - estágio supervisionado, conforme a legislação vigente; ou II - laboratório de simulações em práticas contábeis, de acordo com regulamentação própria da IES. (Brasil,2024).

De acordo com a nova resolução, no artigo 6º, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional do curso de Ciências Contábeis. Caso seja adotado, o TCC poderá ser produzido na forma de produção acadêmica, artigo científico, relatório técnico ou projetos de desenvolvimento de produtos ou serviços, relacionados às competências descritas na resolução (Brasil, 2024).

São abordados também temas como as atividades complementares como componentes curriculares que permitam o reconhecimento por meio de avaliação, habilidades, conhecimento e competência dos alunos, o que deverá enriquecer e ampliar o perfil do aluno contábil (Brasil, 2024). Cabe elucidar que o tema abordado no artigo 7º se distingue dos descritos no artigo 5º e com as atividades de extensão.

A atividade de extensão nesta resolução recebe um artigo próprio, considerando a sua importância no meio acadêmico, com foco no protagonismo do estudante e no desenvolvimento das competências descritas no apêndice I. O artigo 8º promove a relação da instituição com a comunidade, enfatizando o quanto essa união contribui para a formação integral dos estudantes (Brasil, 2024).

O artigo 9º discorre o acompanhamento do egresso de forma contínua e articulada com o objetivo de obter informações para o aprimoramento do curso. O estudo de egressos recupera, de fato, várias questões do estudo de alunos, particularmente as ligadas à qualidade do ensino e adequação dos currículos à situação profissional e a sua consistência em relação à situação profissional de fato (Schwartzman; Castro, 1991).

Por fim, o artigo 10 da Resolução CNE/CES N° 1/2024 determina que as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas devem ser implementadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) obrigatoriamente no prazo máximo de 2 anos, a partir da publicação da resolução, para os alunos ingressantes (Brasil, 2024). O lapso temporal estipulado visa garantir a adequação dos cursos às novas diretrizes.

Embora a Resolução CNE/CES n° 01/2024 do Ministério da Educação não apresente estratégias específicas para promover a educação sustentável nas instituições de ensino, ela estabelece algumas diretrizes que podem contribuir para a sustentabilidade na educação contábil, tornando-a mais inclusiva e incentivando temas relacionados que contribuem para formação de profissionais consciente e instruídos para lidar com questões ambientais, sociais e éticas em sua atuação.

Todavia, essa adequação curricular é importante para que novos temas dentro do ambiente contábil sejam discutidos e apreciados da forma mais adequada possível, principalmente no âmbito sustentável, para que seja percebido uma nova concepção de mundo e como a relação com ele não seja baseado apenas em rzonetes e profissionais robotizados.

No **Quadro 02**, são apresentados os artigos presentes na resolução CNE/CES nº01/2024, com a descrição do norteador central. Insta ressaltar que as definições são encontradas no portal gov.br, na área destinada ao MEC.

Quadro 02 - Resolução CNE/CES nº 01/2024

Artigos	Tema central
<i>Artigo 1º</i>	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem apreciadas pelas Instituições de Educação Superior (IES).
<i>Artigo 2º</i>	Estabelece o perfil do egresso do curso de Ciências Contábeis, destacando a importância do pensamento científico, atendimento às necessidades informacionais das partes interessadas, e provisão de meios para tomada decisória nas organizações.
<i>Artigo 3º</i>	Determina que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve proporcionar aos discentes, ao longo da formação acadêmica, as competências e habilidades.
<i>Artigo 4º</i>	Define as diretrizes para a organização do curso, incluindo princípios norteadores do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), organização curricular, processo de autoavaliação e gestão do ensino-aprendizagem.
<i>Artigo 5º</i>	Estabelece que a Instituição de Educação Superior deve oferecer conteúdo aplicado de Contabilidade integrando as competências, por meio de estágio supervisionado ou laboratório de simulações em práticas contábeis.
<i>Artigo 6º</i>	Aborda o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como componente curricular opcional, que pode ser desenvolvido de diversas formas relacionadas às competências descritas na resolução.
<i>Artigo 7º</i>	Define as Atividades Complementares como componentes curriculares que reconhecem habilidades, conhecimentos e competências adquiridas pelo aluno, incluindo práticas independentes e interdisciplinares.
<i>Artigo 8º</i>	Discorre sobre as atividades de extensão, que promovem a interação entre a instituição e a sociedade, centradas no protagonismo do estudante e no seu desenvolvimento.
<i>Artigo 9º</i>	Determina que as IES devem organizar um processo de acompanhamento dos egressos de forma continuada e articulada para aprimoramento do curso.
<i>Artigo 10º</i>	Estabelece a implantação das diretrizes pelas IES no prazo máximo de 2 anos aos alunos ingressantes a partir da publicação da resolução.
<i>Artigo 11º</i>	Revoga a Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.
<i>Artigo 12º</i>	Determina que a Resolução entra em vigor em 2 de maio de 2024.

Fonte: Brasil, 2024.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho caracterizou-se em uma pesquisa de cunho exploratório e análise de conteúdo, com abordagem qualitativa, adotando procedimentos técnicos, utilizando primordialmente publicações e literaturas entre o período de 2004 a 2024, sendo este lapso temporal escolhido por se tratar da implantação da resolução CNE/CES nº 10/2004 e sua revogação, com a implantação da resolução CNE/CES nº 1/2024, a qual trata da nova diretriz curricular para o curso de ciências contábeis.

3.2 Procedimento de Análise

A técnica utilizada no procedimento de análise foi a de análise de conteúdo. Esta técnica, conforme Bardin (2016), pode ser definida por um conjunto de técnicas de análise das comunicações que se presta a analisar distintas fontes de conteúdos. Assim, esta técnica de análise refere-se ao estudo tanto do conteúdo direto quanto o indireto, o que é apresentado por meio de figura de linguagem, subentendido ou entrelinhas.

As análises foram efetuadas de forma qualitativa, visto que a pesquisa em questão está focada na caracterização da aderência da diretriz curricular aos objetivos do desenvolvimento sustentável. O procedimento de análise do conteúdo se deu por meio de três etapas, de acordo com Bardin (2016): a) Pré-análise; b) Exploração do material; e c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A) *Pré-análise*

Para desenvolvimento e fluidez da realização deste estudo, foram selecionados documentos oficiais, tais como a resolução que trata da diretriz curricular do curso de ciências contábeis e o sítio do [IPEA](#), o qual fornece informações fidedignas quanto aos objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. A seleção destes documentos deve-se ao fato da importância e impacto direto na formulação e preparação para o futuro do desenvolvimento sustentável.

Na escolha dos artigos inerentes a pesquisa, foram utilizadas palavras-chaves: “Agenda 2030”, “desenvolvimento sustentável e educação”, “educação contábil *versus* desenvolvimento sustentável”. De acordo com Gall, Gall e Borg (2007 apud Júnior, 2015) pesquisas qualitativas envolvem aspectos que demandam a utilização de vários métodos de interpretação, envolvendo questões subjetivas.

B) *Exploração do material*

I- Codificação

Realizada a seleção da amostra, é necessário fazer a codificação do conteúdo. O processo de codificação é coletar o material selecionado e transformá-la em unidades de análise para, em seguida, definir as unidades de contexto.

Unidades de análise, segundo Bardin (2016), é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação. As unidades podem ser palavras, frases, temas ou documentos em sua forma integral. Nessa pesquisa, as unidades de análise serão as descrições de cada ODS por meio das suas 169 metas. É importante salientar que neste processo de reescrita, necessariamente se perde parte da informação do material analisado e a readequação representa uma perspectiva do pesquisador.

Posteriormente, será definido as unidades de contexto. Unidade de contexto, segundo Bardin (2016), é uma unidade mais ampla do que a de análise, que serve de referência a esta, fixando limites contextuais para interpretá-la. Cada unidade de contexto, geralmente, contém diversas unidades de análise. Na pesquisa, as unidades de contexto serão utilizadas como histórico para complementar as informações extraídas da unidade de análise.

II - categorização

A categorização é uma operação de classificação dos elementos seguindo determinados critérios, facilitando assim a análise da informação (Bardin, 2016). Neste estudo, conforme Quadro 2, as categorias utilizadas foram: aderência direta, aderência indireta e neutro. As subcategorias foram obtidas por meio da descrição encontrada no IPEA (2023).

A aderência direta pode ser compreendida com os aspectos de casos em que as diretrizes curriculares atendem diretamente aos objetivos. Extração de trechos que estabelecem que o curso de graduação promova a formação integral do discente, integrando conhecimento teórico e prático com foco em responsabilidade social e ambiental.

Em contrapartida, a aderência indireta identifica onde as diretrizes curriculares podem contribuir para os objetivos, mesmo sem uma correspondência direta, por meio de uma interpretação mais ampla. O atributo neutro foi assim descrito pelos itens que podem ser modificados ou afetados por meio da educação, porém não necessariamente pela diretriz curricular do curso de ciências contábeis, mas por de outros cursos que abranjam a seara e decorram de forma mais significativa.

Quadro 03 - Categorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

DIMENSÃO	CATEGORIAS		SUBCATEGORIAS
ODS	Direta	ODS 4 (07 metas)	4.3 Assegurar a igualdade de acesso à educação 4.4 Garantir que os jovens e adultos tenham habilidades relevantes 4.5 Eliminar a disparidade de gênero 4.7 Garantir que os alunos possuam conhecimento para promoverem o desenvolvimento sustentável

			4A - Melhorar os espaços físicos de estudo 4B - Ampliação de bolsas de estudo 4C - Ampliação do quadro de professores qualificados
		ODS 8 (06 metas)	8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade econômica. 8.3 Promoção de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas. 8.4 Melhorar a eficiência dos recursos globais no consumo da produção. 8.6 Reduzir o desemprego jovem. 8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais. 8A Aumentar o apoio da iniciativa de ajuda para o comércio
		ODS 9 (07 metas)	9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável. 9.3 Aumentar o acesso das pequenas empresas industriais e outras empresas. 9.4 Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis. 9.5 Fortalecer a pesquisa científica e suas capacidades tecnológicas. 9A Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resistentes, 9B Apoiar o desenvolvimento tecnológico a pesquisa e inovação para agregação de valor às commodities 9C Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação
		ODS 10 (06 metas)	10.2 Capacitar e promover a inclusão social, econômica e política de todos. 10.3 Garantir a igualdade de oportunidade e reduzir as desigualdades. 10.4 Adotar políticas a fim de alcançar uma maior igualdade. 10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras. 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento. 10A Implementar o princípio do tratamento especial.
		ODS 16 (06 metas)	16.3 Promover o estado de direito. 16.6 Desenvolver instituições eficazes. 16.7 Garantir a tomada de decisão responsável. 16.9 Fornecer a identidade legal para todos. 16.10 Assegurar a informação e a liberdade fundamentais 16A Fortalecer as instituições e promover e
	Indireta	ODS 1 (02 metas)	1.3 Implementar sistemas e medidas de proteção social 1.4 Garantir direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra.
		ODS 5 (07 metas)	5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas. 5.4 Reconhecimento e valorização do trabalho. 5.5 Garantir a participação das mulheres em todas as instâncias. 5.6 Assegurar acesso universal à saúde sexual e reprodutiva. 5A. - Acesso aos direitos igualitários para as mulheres, 5B - uso de tecnologia para empoderamento feminino 5C - Adoção de políticas de gêneros efetivas.
		ODS 7 (05 metas)	7.1 Garantir acesso universal a serviços de energia acessíveis, confiáveis e modernos. 7.2 Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global. 7.3 Dobrar a taxa global de eficiência energética 7A - Facilitar o acesso a pesquisas de eficiência energética 7B -Ampliar a infraestrutura para o fortalecimento e energia sustentável.
		ODS 12 (08 metas)	12.2 Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. 12.4 Alcançar o manejo ambientalmente saudável. 12.5 Reduzir a geração de resíduos. 12.6 Incentivar empresas a adotarem práticas sustentáveis. 12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis. 12.8 Garantir que as pessoas tenham informações relevantes sobre o desenvolvimento sustentável.

			12A Apoiar os países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas 12B Implementar ferramentas para monitorar aos impactos do desenvolvimento sustentável
		ODS 17 (09 metas)	17.4 Ajudar os países em desenvolvimento atingir a sustentabilidade 17.6 Melhorar a cooperação internacional e o acesso à ciência. 17.8 Garantir o apoio a capacitação da ciência, tecnologia e inovação. 17.12 Facilitar o acesso ao mercado global. 17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável. 17.16 Reforçar parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. 17.17 Incentivar e promover parcerias. 17.18 Reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento 17.19 Desenvolver medidas que promovam o desenvolvimento sustentável.
	Neutra	ODS 2 (03 metas)	2.3 Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores. 2.4 Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes. 2A Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e extensão do serviço agrícola
		ODS 3 (02 metas)	3.8 Assegurar a universalidade e proteção à saúde. 3C Apoio ao desenvolvimento de pesquisas e vacinas, treinamento e aperfeiçoamento de técnicas na área da saúde
		ODS 6 (04 metas)	6.1 Garantir a disponibilidade e gestão sustentável de água potável. 6.4 Melhorar a eficiência do uso da água. 6.5 Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos. 6B - Fortalecer a participação das comunidades no uso da água.
		ODS 11 (03 metas)	11.4 Fortalecer e proteger o patrimônio cultural. 11A Apoiar relações econômicas sociais e ambientais 11C Apoiar países menos desenvolvidos por meio de assistência técnica e financeira.
		ODS 13 (03 metas)	13.1 Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima. 13.2 Integrar medidas de mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais. 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional.
		ODS 14 (05 metas)	14.1 Prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos. 14.2 Gerir e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros. 14A - Aumentar o conhecimento científico e tecnologia marinho 14B - Proporcionar acesso dos pescadores aos recursos marinhos e mercado 14C - Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional.
		ODS 15 (06 metas)	15.1 Garantir a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres. 15.2 Promover a gestão sustentável de todos os tipos de florestas. 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais. 15.9 Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local. 15A - Mobilizar e os recursos financeiros para conservação e o uso sustentável 15B - Mobilizar recursos para financiar o manejo florestal sustentável

Fonte: Elaboração Própria.

C) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Segundo Bardin (2016), busca-se, nesta etapa, colocar em relevo as informações fornecidas pela análise, por meio de quantificação simples (frequência) ou mais complexa como a análise fatorial, permitindo apresentar os dados em diagramas, figuras, modelos etc.

A diretriz curricular é composta por 12 artigos, dentre os quais apenas 09 foram utilizados nesta pesquisa, dos quais os artigos nº 10, 11 e 12 foram desconsiderados no Quadro 2, por se tratar de temas com conteúdos analíticos. Já os artigos que foram descartados, trata-se apenas de prazos de implantação e revogação de portarias anteriores, assim não tratavam de conteúdo com relevância para análise de conteúdo comparativa. Desta forma, compreende-se que a análise foi efetivada com os 17 ODS, sendo utilizadas 89 subcategorias, e a Resolução CNE/CES nº 1/2024 utilizando-se apenas 9 artigos.

Quadro 04 – Enquadramento da categoria

MÉTRICA	CARACTERIZAÇÃO
Não	Baixa aderência: Se for < 30% de Subcategorias contempladas de respostas “Sim”.
Parcialmente	Média aderência: Se for = ou > 30% e < 70% de subcategorias contempladas de respostas “Sim”.
Sim	Alta aderência: Se for = ou > 70% de subcategorias contempladas de respostas “Sim”.

Fonte: Elaboração Própria

Quanto à caracterização, as categorias foram divididas em três: a direta, indireta e neutra. A direta foi composta por 5 ODS e 32 subcategorias, as quais tratam da educação e seu reflexo direto na sociedade; as indiretas, composta por 5 ODS e 31 subcategorias, tratando de temas os quais são afetadas pela educação, porém, ela não é o fator determinante. A neutra é composta por 7 ODS e 26 subcategorias que são afetadas pela educação, todavia não pela diretriz curricular do curso de ciências contábeis.

Quanto à caracterização, para “Sim”, os artigos da Resolução, objeto de estudo, devem cumprir 70% ou mais do descrito nas subcategorias. Foi caracterizado “Parcialmente” o artigo que contemple uma percentagem igual ou maior que 30% e menor que 70% do descrito e o “Não”, se o artigo cumpriu menos de 40% do exposto nas subcategorias, conforme apresentado no Quadro 3.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

4.1 Análise do Nível das Aderências

A) Direta

A categoria foi classificada com 05 ODS e 32 subcategorias, as quais tratavam de forma direta o conteúdo da educação proposta pela diretriz curricular, bem como o seu efeito e/ou impacto de forma direta na sociedade. Pois, são ODS que abordam aspectos fundamentais para garantir uma educação de qualidade, inclusiva, equitativa focada em promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, capacitando os alunos com competências relevantes.

Os ODS promovem uma educação inclusiva e de qualidade que vai além da mera transferência de conhecimento, buscando desenvolver habilidades críticas e criativas fundamentais para o crescimento pessoal e social, enquanto a diretriz curricular alinha-se a esses objetivos ao preparar os alunos para o mercado de trabalho, enfatizando a educação profissional e a formação em áreas de ciência, tecnologia e extensão, contribuindo para a inovação e o desenvolvimento industrial do Brasil, fortalecendo sua competitividade global (IPEA, 2023).

A diretriz curricular pontua de forma concisa a educação inclusiva, que atenda todos os segmentos sociais, contribuindo para criação de oportunidades iguais, fomentando a redução das desigualdades sociais, abordando a disparidade de gênero, raça e renda, temas amplamente abordados nos ODS, que incluem a educação como ferramenta de cidadania e promoção dos direitos humanos, preparando os alunos a serem cidadãos ativos e conscientes de seu papel quanto a sociedade. Essas abordagens são essenciais para a tomada de decisões inclusivas e participativas, o que consequentemente fortalece as instituições em todos os níveis.

Quadro 05 - Análise das aderências

<p>Artigo 1º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis (Brasil, 2024). • Aderência: Promove uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva ao estabelecer a base para um currículo robusto (ODS 4.3 e 4.5). <p>Artigo 2º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Estabelecer o perfil do egresso, destacando pensamento científico e atendimento às necessidades informacionais (Brasil, 2024). • Aderência: Garante que os alunos adquiram habilidades relevantes para o mercado de trabalho e empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (ODS 4.4, 4.7 e 9C). <p>Artigo 3º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Proporcionar competências e habilidades ao longo da formação acadêmica (Brasil, 2024). • Aderência: Assegura uma educação prática e teórica, facilitando a inclusão para o mercado de trabalho (ODS 4A, 4C; 8.2; 16.3 e 16.9). <p>Artigo 4º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Define as diretrizes para a organização do curso, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (Brasil, 2024).

<ul style="list-style-type: none"> • Aderência: Promover a educação de qualidade ao incentivar a pesquisa e inovação, preparando os alunos para desafios futuros (ODS 4B; 8.3, 8.6; 9.2, 16.6 e 16.10). <p>Artigo 5º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Oferecer conteúdo aplicado de contabilidade integrando competências, por meio de estágio supervisionado ou laboratório (Brasil, 2024). • Aderência: Capacita os alunos a pensar criticamente e a tomar decisões informadas, essenciais para uma educação de qualidade (ODS 8.4, 8.10, 8A; 9.3 e 16A). <p>Artigo 6º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Abordar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como componente curricular opcional (Brasil, 2024). • Aderência: Ensina valores éticos e de responsabilidade social, promovendo a educação para o desenvolvimento sustentável (ODS 9.4; 10.2 e 10.4). <p>Artigo 7º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Define as Atividades Complementares como componentes curriculares que reconhecem habilidades e competências (Brasil, 2024). • Aderência: Garantir que os alunos adquiram competências de liderança e gestão, essenciais para uma educação inclusiva e de qualidade (ODS 9.5 e 10.3). <p>Artigo 8º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Discorrer sobre as atividades de extensão, promovendo a interação entre a instituição e a sociedade (Brasil, 2024). • Aderência: Prepara os alunos para um ambiente de mudança constante, promovendo a resiliência e a inovação (ODS 9A, 10.5 e 10A). <p>Artigo 9º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Organizar um processo de acompanhamento dos egressos de forma contínua e articulada (Brasil, 2024). <p>Aderência: Garante que as instituições de ensino ofereçam um ambiente de aprendizagem seguro e inclusivo, necessário para uma educação de qualidade (ODS 9B, 10.6 e 10.7).</p>
--

Fonte: Elaboração Própria.

Após o enquadramento de cada artigo da diretriz com os ODS, conforme Quadro 5, tratados de forma direta, foi realizada a divisão das subcategorias com a sua devida caracterização em conformidade com o que informado na metodologia.

Cumprido esclarecer que, para o enquadramento de cada subcategoria foram utilizados os seguintes critérios como: relevância para educação, Impacto na formação, Integração com as diretrizes curriculares, objetivos específicos e políticos.

Esses critérios contextualizam a alocação das subcategorias de forma mais analítica, integrando aspectos relevantes para o curso de Ciências Contábeis e o Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ademais, esses critérios foram utilizados para as três categorias utilizadas nesta pesquisa.

Após o enquadramento, percebeu-se que não houve uma preponderância da alta aderência quanto a essa categoria, porém os dados alcançados sugerem que os objetivos educacionais traçados para 2030 estão sendo atendidos, o que demonstra que a diretriz curricular em sua elaboração prezou não apenas por uma qualificação baseada na especialização do aluno de contabilidade, todavia ampliou o campo de atuação e o direcionou para o desenvolvimento sustentável.

Quanto a média aderência, observa-se que precisa passar por melhorias e adequação para se chegar a um denominador comum, não significando que os ODS não foram atendidos

nos artigos, todavia, precisam ser ampliadas para melhor contemplação. Já a baixa aderência é um campo a qual se necessita uma maior intervenção quanto a adoção de medidas claras, detalhadamente, para identificar as causas e desenvolver estratégias para aumentar a conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Enquanto a baixa porcentagem de “Não” sugere uma baixa aderência quanto aos ODS que possuíam maior probabilidade de conexões, principalmente com relação aos ODS 8 e 9, que tratam do trabalho decente e crescimento econômico e industrial, inovação e infraestrutura, pois ainda são pontos que se mostram levemente deficitárias, todavia, com poucas adaptações nas instituições de ensino poderão ser mais bem desenvolvidas (UNESCO, 2005).

Contudo, os dados indicam em sua maioria, as categorias se enquadram em “parcialmente aderente” ou possuem uma “aderência média” entre os ODS e à resolução CNE/CES nº 1/2024, contendo em vista significativa proporção na distribuição de “Sim” e “Parcialmente”, o que faz frente às subcategorias que foram consideradas com baixa aderência.

B) Indireta

A categoria indireta foi contemplada por 05 ODS e 31 subcategorias, as quais tratavam de forma indireta o conteúdo da educação proposta pela diretriz, pois são ODS que refletem um compromisso com a promoção de uma educação que aborde questões sociais, ambientais e questões de governança, todavia, necessitam de estímulos extras para serem alcançadas, como políticas afirmativas de mudanças.

A diretriz curricular ao promover à educação inclusiva e de qualidade contribuem para a erradicação da pobreza ao capacitar indivíduos com habilidades e conhecimentos que aumentem suas oportunidades de emprego e renda, proporcionando uma quebra de ciclo da pobreza, permitindo que os alunos que adquiram competências que os ajudem a melhorar suas condições de vida (IPEA, 2023).

Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades são processos constitutivos da promoção da prosperidade, tanto como os valores em si mesmo quanto como instrumentos para outros fins. Sem ações coordenadas que englobam as dimensões econômica, social e ambiental não será possível alcançar o desenvolvimento sustentável (Silva, 2018).

A diretriz curricular aumenta a conscientização sobre o uso sustentável de recursos energéticos e a igualdade de gênero. Ela também incentiva a buscar soluções inovadoras para um futuro sustentável e a agir de maneira que minimize os efeitos negativos no meio ambiente. Além disso, ela cria um ambiente de aprendizado em que as pessoas trabalham juntas, tanto em setores públicos quanto privados. Além disso, a diretriz promove o consumo e a produção conscientes de forma indireta, criando cidadãos conscientes que podem ajudar a construir uma sociedade mais sustentável (IPEA, 2023).

Contudo, são necessárias parcerias para o alcance dos objetivos para o desenvolvimento sustentável, que a diretriz curricular incentiva a colaboração entre os centros de ensinos, comunidade e setores públicos e privados, fundamentais para o fortalecimento de políticas educacionais e garantir que as metas sejam realizadas de forma eficaz.

Quadro 06 - Análise das aderências

<p>Artigo 1º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis (Brasil, 2024). • Aderência: Promove uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva ao estabelecer a base para um currículo robusto (ODS 1.3 e 7.1). <p>Artigo 2º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Estabelecer o perfil do egresso, destacando pensamento científico e atendimento às necessidades informacionais (Brasil, 2024). • Aderência: Garante que os alunos adquiram habilidades relevantes para o mercado de trabalho e o empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (ODS 1.4 e 7.2). <p>Artigo 3º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Proporcionar competências e habilidades ao longo da formação acadêmica (Brasil, 2024). • Aderência: Assegura uma educação prática e teórica, facilitando a transição para o mercado de trabalho (ODS 5.1 e 7.3). <p>Artigo 4º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Define as diretrizes para a organização do curso, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso (Brasil, 2024). • Aderência: Promove a educação de qualidade ao incentivar a pesquisa e a inovação, preparando os alunos para desafios futuros (ODS 5.4, 7A e 12.7). <p>Artigo 5º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Oferecer conteúdo aplicado de Contabilidade integrando competências, por meio de estágio supervisionado ou laboratório (Brasil, 2024). • Aderência: Capacita os alunos a pensar criticamente e a tomar decisões informadas, essenciais para uma educação de qualidade (ODS 5.5, 7B, 17.8 e 17.14). <p>Artigo 6º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Abordar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como componente curricular opcional (Brasil, 2024). • Aderência: Ensina valores éticos e de responsabilidade social, promovendo a educação para o desenvolvimento sustentável (ODS 5.6, 12.2 e 17.6). <p>Artigo 7º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Define as Atividades Complementares como componentes curriculares que reconhecem habilidades e competências (Brasil, 2024). • Aderência: Garante que os alunos adquiram competências de liderança e gestão, essenciais para uma educação inclusiva e de qualidade (ODS 5A, 12.4 e 17.16). <p>Artigo 8º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Discorrer sobre as atividades de extensão, promovendo a interação entre a instituição e a sociedade (Brasil, 2024). • Aderência: Prepara os alunos para um ambiente de mudança constante, promovendo a resiliência e a inovação (ODS 12.12, 17.4 e 17.18). <p>Artigo 9º</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: Organizar um processo de acompanhamento dos egressos de forma contínua e articulada (Brasil, 2024). • Aderência: Garantir que as instituições de ensino ofereçam ambientes de aprendizagem seguro e inclusivo, necessário para uma educação de qualidade (ODS 5C, 12.5, 12.6, 12.8, 12A, 12B, 17.14 e 17.19).

Fonte: Elaboração Própria.

Esse alinhamento robusto é significativo, pois demonstra uma convergência entre os ODS com os artigos da resolução, refletindo o compromisso do curso de ciências contábeis com a promoção da educação superior com qualidade, equitativa e inclusiva e ao mesmo tempo

colabora com aspectos cruciais da sustentabilidade. Ao apresentar este novo cenário a resolução fortalece um caminho substancial para os esforços globais em prol de um futuro sustentável (UNESCO, 2005).

Cumpra esclarecer que, para o enquadramento de cada subcategoria foram utilizados os critérios já utilizados outrora, além da conexão não exclusiva, os ODS indiretas abordam temas que são influenciados pela educação, mas não são exclusivamente determinados por ela. E a necessidade de estímulos adicionais, para que os ODS indiretas sejam efetivamente alcançados, são necessários estímulos e políticas adicionais.

A análise de conteúdo dessa categoria se mostrou melhor adequada quanto a aderência do que a categoria que possivelmente teria maior aderência. Esse aspecto é bem familiar dos ODS abordados como indiretos, pois eles abordam um amplo campo e interdisciplinaridade o qual abrange aspectos sociais, econômicos e ambientais, esses objetivos são por natureza mais transversal e podem ser aplicados nas mais diversificadas áreas do saber, o que inclui a contabilidade (UNESCO, 2005).

O resultado também aborda questões de flexibilidade e integração dos conteúdos, que não abordam apenas temas específicos de habilidades técnicas, como os vinculados às ODS 8 e 4, mas também questões sociais e ambientais mais amplas, como a promoção da igualdade e equidade de gênero etc. A resolução CNE/CES nº 1/2024 pode priorizar a inovação, a sustentabilidade e a aplicação prática de conhecimentos de uma maneira que atenda diretamente às subcategorias dessas ODS que não são diretamente educacionais, todavia a nova resolução buscou uma aplicação mais holística e integrada com melhor receptividade princípios da sustentabilidade e inclusivos na diretriz curricular de forma mais holística, o que pode explicar um maior nível de aderência (UNESCO, 2005).

Contudo, em consonância com a metodologia adotada, a categoria se enquadra na “parcialmente aderente” ou “aderência média” entre o ODS e a resolução CNE/CES nº 1/2024, com 45% de aderência “Sim”. Esse aspecto é muito relevante, pois demonstra que a resolução trata de temas transversais que promovem uma formação que transcendem o conhecimento acadêmico, englobando aspectos éticos, sociais e culturais que são essenciais para formação de cidadãos ativos e responsáveis com o desenvolvimento sustentável.

C) Neutros

A categoria neutra foi contemplada por 07 ODS e 26 subcategorias, pois são ODS que as diretrizes curriculares não abordam de forma direta o tema e que as conexões se dão por meio de iniciativas específicas que podem ser implantadas no ensino superior, porém que não são o foco central.

Temas como saúde e bem-estar, que após o cenário epidêmico se tornou mais evidente, porém não é o tema central da diretriz curricular, bem como a água limpa e saneamento as diretrizes curriculares não têm um enfoque específico sobre gestão de recursos hídricos ou saneamento, resultando em uma conexão neutra (IPEA,2023).

As diretrizes curriculares podem abordar questões urbanas, mas não abordam diretamente a sustentabilidade urbana ou o planejamento urbano. Elas também incorporam a promoção da equidade de gênero, conscientização sobre o uso sustentável de recursos energéticos, criando soluções inovadoras para um futuro sustentável, incentivando os alunos a adotarem comportamentos que minimizem o impacto ambiental e incentivando a colaboração de parcerias com as comunidades e setores públicos e privados, proporcionando um ambiente de aprendizado que valorize a cooperação (IPEA,2023).

Embora a educação ambiental possa incluir tópicos sobre alterações climáticas, as diretrizes curriculares escolares não enfatizam especificamente a ação climática. A ligação tem mais a ver com consciência ambiental do que com ação direta.

A relação da resolução com os ODS que tratam da água e a vida terrestre também são neutras, pois embora a educação possa promover a conscientização sobre a conservação da vida aquática e terrestre, as diretrizes curriculares escolares não incluem esses temas de forma significativa. A educação ambiental pode fazer parte do currículo escolar, mas não é um objetivo central.

Quadro 07 - Análise das aderências

Artigo 1º

- Objetivo: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis (Brasil, 2024).
- Aderência: Promove uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva ao estabelecer a base para um currículo robusto (ODS 2.3, 11A).

Artigo 2º

- Objetivo: Estabelecer o perfil do egresso, destacando pensamento científico e atendimento às necessidades informacionais (Brasil, 2024).
- Aderência: Garante que os alunos adquiram habilidades relevantes para o mercado de trabalho e o empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (ODS 2A, 2.4, 11C, 15.1).

Artigo 3º

- Objetivo: Proporcionar competências e habilidades ao longo da formação acadêmica (Brasil, 2024).
- Aderência: Assegura uma educação prática e teórica, facilitando a transição para o mercado de trabalho (ODS 3.8, 13.1, 15.2).

Artigo 4º

- Objetivo: Define as diretrizes para a organização do curso, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (Brasil, 2024).
- Aderência: Promove a educação de qualidade ao incentivar a pesquisa e a inovação, preparando os alunos para desafios futuros (ODS 3B, 13.2, 15.5).

Artigo 5º

- Objetivo: Oferecer conteúdo aplicado de Contabilidade integrando competências, por meio de estágio supervisionado ou laboratório (Brasil, 2024).
- Aderência: Capacita os alunos a pensar criticamente e a tomar decisões informadas, essenciais para uma educação de qualidade (ODS 6.1, 15.9).

Artigo 6º

- Objetivo: Abordar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como componente curricular opcional (Brasil, 2024).
- Aderência: Ensina valores éticos e de responsabilidade social, promovendo a educação para o desenvolvimento sustentável (ODS 6.4, 14.1, 15A).

Artigo 7º

- Objetivo: Define as Atividades Complementares como componentes curriculares que reconhecem habilidades e competências (Brasil, 2024).
- Aderência: Garante que os alunos adquiram competências de liderança e gestão, essenciais para uma educação inclusiva e de qualidade (ODS 6.5, 15B).

Artigo 8º

- Objetivo: Discorrer sobre as atividades de extensão, promovendo a interação entre a instituição e a sociedade (Brasil, 2024).
- Aderência: Prepara os alunos para um ambiente de mudança constante, promovendo a resiliência e a inovação (ODS 6B, 14A).

Artigo 9º

- Objetivo: Organizar um processo de acompanhamento dos egressos de forma contínua e articulada (Brasil, 2024).
- Aderência: Garante que as instituições de ensino ofereçam um ambiente de aprendizagem seguro e inclusivo, necessário para uma educação de qualidade (ODS 11.4, 14B, 14C).

Fonte: Elaboração Própria.

Por exemplo, a ODS 3 que trata do tema de saúde e bem-estar, que embora sejam importantes, os artigos da resolução podem não abordar diretamente questões de saúde pública ou bem-estar social, exceto em aspectos amplos como o ambiente de aprendizagem (IPEA,2023). Desta forma, compreende-se que não conecta diretamente com a diretriz curricular do curso de contabilidade, a menos que seja incorporado conteúdos específicos que tratem do tema.

Como a criação de temáticas que tratem de relatórios de sustentabilidade e auditoria ambiental, que permitam que os alunos aprendam a mensurar o impacto de empresas em áreas como consumo de água, saúde e segurança ocupacional e conservação de ecossistemas. Cabe informar que o relatório de sustentabilidade fornece uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo contribuições positivas e negativas (GRI, 2013).

Podem ser tratados módulos sobre contabilidade ambiental e social, enfatizando como os contadores podem mensurar e relatar os impactos de práticas empresariais nos recursos naturais. A incorporação também de indicadores de sustentabilidade nas demonstrações contábeis, como a medição de consumo de água, energia renovável, e impactos sociais, permitindo que os alunos relacionem esses indicadores às práticas de accountability (GRI, 2013).

Essas sugestões focam em integrar as ODS Neutras ao currículo de contabilidade por meio de práticas contábeis voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental.

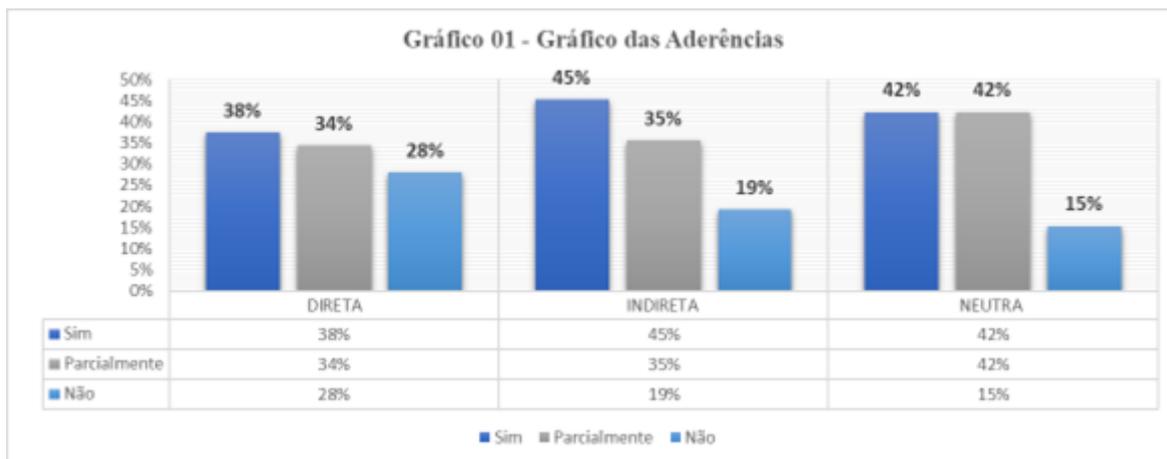
O enquadramento aborda critérios como falta de enfoque direto, as diretrizes curriculares não incluem explicitamente conteúdos ou objetivos que tratem diretamente dos ODS neutros, bem como a necessidade de iniciativas específicas, que não estão necessariamente contempladas nas diretrizes curriculares. Isso pode incluir projetos, parcerias ou programas que abordem diretamente esses temas.

Todavia, é possível fazer conexões dessa categoria e os artigos da diretriz curricular de contabilidade tendo em vista a sua abrangência e a interseção com múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável, o que as tornam mais aplicáveis e diretamente conectadas aos ODS e a diretriz estabelecida pela resolução (UNESCO, 2005). As ODS consideradas neutras, por sua vez, podem exigir um esforço adicional de contextualização ou a criação de estratégias específicas para que possam ser plenamente integradas ao contexto das diretrizes educacionais.

A análise de conteúdo dessa categoria demonstra “parcialmente aderente” ou “aderência média” com 42% de “Sim”, em que embora algumas ODS tenham uma conexão mais intuitiva com os artigos da resolução, outras requerem estratégias curriculares mais inovadoras para que possam ser incorporadas de maneira eficaz. Esta inovação não ocorre de forma rápida e espontânea, sendo assim, necessita de meios para que ocorra, sendo eles por meios de políticas internas ou externas para que tal ocorra (UNESCO, 2005).

Faz-se necessário informar que os ODS tratados nesta categoria não possuem um menor valor dos que foram tratados nas outras categorias, todas possuem a sua importância e valor para o futuro global. Contudo, pode-se perceber que as três categorias analisadas possuem aderência média com a resolução da diretriz curricular de ciências contábeis, o que é interessante, tendo em vista que foram feitas mudanças, visando a amplitude do conhecimento do futuro profissional contábil, criando um profissional mais crítico em seu meio e antenado com a responsabilidade sustentável local e global.

Finalmente, conforme Gráfico 1, apresenta-se um resumo do nível de aderência da diretriz curricular com categorias dos ODS, objeto de estudo.



Fonte: Elaboração Própria.

O gráfico 01 apresenta dados da análise de conteúdo, o qual demonstrou aderência moderada entre os ODS e a Resolução CNE/CES no 1/2024, todavia, algumas categorias registraram percentagens mais elevadas que outras, indicando uma maior aderência em umas categorias, enquanto outras ficaram abaixo da média, sugerindo áreas com menor integração. Essa variação reflete diferentes níveis de aderência entre os princípios sustentáveis e os objetivos estabelecidos pela Resolução.

Ademais, quanto ao resultado obtido, o que mais impulsionou a categoria direta foi a ODS 4 - Educação de qualidade, como já era esperado, todavia não foi a melhor aderência encontrada. Quanto a aderência indireta conseguiu resultados mais expressivo que a categoria anterior, muito devido a diversificação implantada na resolução e as subcategorias dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Contudo, quanto a categoria neutra, as suas conexões são encontradas devido iniciativas específicas que não são necessariamente contempladas nas diretrizes curriculares. Isso pode incluir projetos, parcerias ou programas que abordem diretamente esses temas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o nível da aderência entre os ODS e a Resolução CNE/CES nº 1/2024. E, para tanto, identificando-se tanto conexões plenas e parciais, além de áreas que ainda precisam de melhorias para alcançar uma plena aderência.

Observou-se que, enquanto algumas ODS, como o de igualdade de gênero e educação de qualidade, são amplamente incorporadas aos artigos da resolução, outros, como os relacionados à infraestrutura sustentável e governança, são parcialmente incorporados ou mesmo não existem. Esse mapeamento forneceu uma resposta à questão de pesquisa e mostrou que, apesar dos avanços, ainda há pontos a serem preenchidos para garantir que os cursos de graduação em Ciências Contábeis atendam aos ODS.

Entre as principais análises encontradas, observou-se que ODS categorizadas como diretas, que inicialmente se esperava que apresentassem maior aderência devido à sua relevância direta para a formação em Ciências Contábeis, mostraram resultados inferiores em comparação com outras ODS, tratadas como indiretas, como erradicação da pobreza e igualdade de gênero. A análise de conteúdo sugere que, enquanto alguns aspectos mais amplos dos ODS estão sendo incorporados ao currículo, elementos essenciais que se esperavam fortemente aderência ainda precisam de mais atenção.

A pesquisa, no entanto, apresenta algumas limitações, sendo a principal delas a dependência da interpretação subjetiva para categorizar as aderências, o que pode ter influenciado os resultados. Além disso, a análise se limitou aos textos da resolução e dos ODS, sem considerar a implementação prática desses princípios nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Uma abordagem mais direta é necessária para pesquisas futuras. Essa abordagem examinaria como as diretrizes curriculares e os ODS são implementados com sucesso nas universidades. Além disso, uma análise mais profunda sobre a conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com resultados negativos ou positivos pode ajudar a melhorar as políticas educacionais e garantir que os alunos recebam uma formação mais completa e alinhada com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. C. Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. Anais do IV Encontro Nacional da Anppas, v. 4, n. 5, p. 1-21, 2008.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016. Tradução de: L. A. Reto & A. Pinheiro.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1/2024. Brasília: MEC, 27 mar. 2024.
- FONTGALLAND, I. L. Nova contabilidade e sustentabilidade. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/books/2022/09/NovaContabilidadeSustentabilidade.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. 1. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Série Cadernos de Formação, 5).
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. G4 Manual de Implementação. 2013. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/F7/07/8C/C9/5B243510DF0CA135790D8AA8/GRI-G4-Manual-de-Implementacao.pdf>. Acesso em: 07 Setembro. 2024.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- JACOBI, P. R. Educação e meio ambiente: transformando as práticas. Revista Brasileira de Educação Ambiental, n. 2004, p. 28-35, 2004. Tradução. Acesso em: 22 ago. 2024.
- LIMA, E. S. Indagações sobre o currículo: currículo e desenvolvimento humano. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- LOS, G. Z. Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM & FBOVESPA. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4127/Geovana%20Zimmermann%20Los.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 jun. 2024.
- NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- NIYAMA, J. K.; CORRÊA, B. M.; BOTELHO, D. R.; SANTANA, C. M. Conhecimento de contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis: estudo da oferta nas instituições de ensino superior das capitais brasileiras. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, p. 100-118, 2008.
- ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ONU BRASIL. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PILETTI, N.; ROSSATO, S. M. Psicologia da aprendizagem: da Teoria do condicionamento ao Construtivismo. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHIO, N. da S.; MAZZIONI, S.; MOURA, G. D. de; DAL MAGRO, C. B. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Empresas Participantes do Mercado Acionário Brasileiro. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2024. Disponível em: www.congressousp.fipecafi.org. Acesso em: 14 jun. 2024.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, M. H. de M. A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP. Documento de Trabalho 2/91. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SILVA, R. R. da; SANTOS, M. J. N. A importância da responsabilidade social corporativa para a potenciação do capital social em pequenas e médias empresas. Revista de Ciências da Administração, v. 12, n. 27, p. 190-207, 2010. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2010v12n27p190>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SOUZA, M. T. S. de. Rumo à prática empresarial sustentável. Revista de Administração de Empresas, v. 33, n. 4, p. 40-52, 1993.

TEIXEIRA JUNIOR, P. R. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino superior: a lógica das competências em foco. Crítica Educativa, v. 6, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br>. Acesso em: 14 jun. 2024.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2016. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Pró-Reitora de Extensão e Cultura. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Extensão na UFU. Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/os_ods/. Acesso em: 14 jun. 2024.

VELOSO, L. H. M. Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo: Saraiva, 2013.

APÊNDICE A – Quadro da Análise direta

QUADRO DIRETO - Análise de Aderência com os Artigos					
ODS	Subcategoria	Artigo	Sim	Parcialmente	Não
ODS 4	4.3	Art. 1	X		
	4.4	Art. 2		X	
	4.5	Art. 1	X		
	4.7	Art. 2		X	
	4A	Art. 3	X		
	4B	Art. 4	X		
	4C	Art. 3		X	
ODS 8	8.2	Art. 3			X
	8.3	Art. 4	X		
	8.4	Art. 5		X	
	8.6	Art. 4			X
	8.10	Art. 5	X		
	8A	Art. 5			X
	9.2	Art. 4		X	
ODS 9	9.3	Art. 5		X	
	9.4	Art. 6			X
	9.5	Art. 7	X		
	9A	Art. 8		X	
	9B	Art. 9		X	
	9C	Art. 2			X
	10.2	Art. 6	X		
ODS 10	10.3	Art. 7		X	
	10.4	Art. 6			X
	10.5	Art. 8			X
	10.6	Art. 9	X		
	10A	Art. 8		X	
	16.3	Art. 3	X		
	16.6	Art. 4		X	
ODS 16	16.7	Art. 9			X
	16.9	Art. 3	X		
	16.10	Art. 4			X
	16A	Art. 5	X		
TOTAL			12	11	09

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE B – Quadro da Análise indireta

QUADRO INDIRETO - Análise de Aderência com os Artigos					
ODS	Subcategoria	Artigo	Sim	Parcialmente	Não
ODS 1	1.3	Art. 1	X		
	1.4	Art. 2	X		
	5.1	Art. 3		X	
	5.4	Art. 4	X		
ODS 5	5.5	Art. 5	X		
	5.6	Art. 6			X
	5A	Art. 7	X		
	5B	Art. 8		X	
	5C	Art. 9	X		
ODS 7	7.1	Art. 1	X		
	7.2	Art. 2		X	
	7.3	Art. 3			X
	7A	Art. 4		X	
	7B	Art. 5	X		
ODS 12	12.2	Art. 6	X		
	12.4	Art. 7		X	
	12.5	Art. 8			X
	12.6	Art. 9	X		
	12.7	Art. 1		X	
	12.8	Art. 2			X
	12A	Art. 3		X	
	12B	Art. 4	X		
ODS 17	17.4	Art. 5		X	
	17.6	Art. 6			X
	17.8	Art. 7	X		
	12.12	Art. 8		X	
	17.14	Art. 9	X		
	17.16	Art. 1		X	
	17.17	Art. 2			X
	17.18	Art. 3		X	
	17.19	Art. 4	X		
Total			14	11	06

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE C – Quadro da Análise neutra

QUADRO NEUTRO - Análise de Aderência com os Artigos

ODS	Subcategoria	Artigo	Sim	Parcialmente	Não
ODS 2	2.3	Art. 1	X		
	2.4	Art. 2		X	
	2A	Art. 4		X	
ODS 3	3.8	Art. 3	X		
	3B	Art. 4		X	
ODS 6	6.1	Art. 5	X		
	6.4	Art. 6		X	
	6.5	Art. 7			X
	6B	Art. 8	X		
ODS 11	11.4	Art. 9	X		
	11A	Art. 1		X	
	11C	Art. 2			X
ODS 13	13.1	Art. 3		X	
	13.2	Art. 4	X		
	13.3	Art. 5	X		
ODS 14	14.1	Art. 6		X	
	14.2	Art. 7			X
	14A	Art. 8	X		
	14B	Art. 9		X	
ODS 15	14C	Art. 1		X	
	15.1	Art. 2	X		
	15.2	Art. 3		X	
	15.5	Art. 4	X		
	15.9	Art. 5			X
	15A	Art. 6	X		
	15B	Art. 7		X	
Total			11	11	04

Fonte: Elaboração Própria.